

Empréstimos encarecem

luiz

O consumidor sentiu no bolso o efeito da crise econômica em outubro. Quem pegou crédito no mês pagou mais caro por isso. Muitas taxas bateram o recorde de aumento, como por exemplo o cheque especial. O cliente que precisou usar o cheque especial para sair de um aperto amargou uma taxa de 170,8% ao ano, a mais elevada desde julho de 2003, quando os juros do cheque especial bateram em 173,9%. Nos primeiros oito dias úteis de novembro, a situação não é diferente. A taxa do cheque especial subiu 3,4 pontos de percentagem, alcançando 174,2% ao ano.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, a situação não deve se reverter até o fim desse ano. Por isso, o seu conselho para o Natal é que os consumidores evitem o financiamento, optando por fazer compras à vista, com desconto. "Em algum momento, as taxas retornarão", disse Lopes, que não acredita que essa reversão ocorrerá já no próximo mês. "É provável que as taxas continuem em elevação", disse.

Inadimplência

Lopes explicou que a elevação das taxas de juros é uma consequência da alta no spread (diferença entre a taxa que os bancos pagam na captação e a que cobram de quem precisa de um financiamento). Spread e juros subiram de forma generalizada em outubro e a alta continua forte em novembro. A taxa de juros para as empresas, por exemplo, chegou a 31,6% ao ano em outubro. É a taxa mais alta desde dezembro de 2005, que tinha ficado em 31,7% ao ano. Até 12 de novembro (oito dias úteis) os juros para as empresas subiram mais 0,2 pontos percentuais, atingindo 31,9%.

Para as pessoas físicas a situação não é diferente. A taxa em outubro, de 54,8% ao ano, é a mais elevada desde junho de 2006. Só nos primeiros dias de novembro, essa taxa subiu cinco pontos percentuais, alcançando 59,8% ao ano. Até o financiamento de veículos, que possui um dos juros mais baixos do mercado, subiu um ponto percentual, passando de 33,1% ao ano em setembro para 34,1% no mês passado.

A alta dos juros ainda não foi seguida pela inadimplência que, no geral, aumentou apenas 0,1 ponto percentual no mês, passando de 4% para 4,1%. O índice de inadimplência considerado pelo BC é para atrasos superiores a 90 dias. Os dados do BC mostram, no entanto, aumento no atraso nos pagamentos devidos há mais de 15 dias. (VC)